

POLÍTICA



Mário Amato



Camilo Calazans



Fernando Gasparian

Constituinte

Mário Amato: uma veemente defesa da livre iniciativa na Subcomissão da Ordem Econômica.

O presidente da Fiesp fez o principal depoimento na Constituinte, ontem, num dia de pouco trabalho devido à repercussão da saída de Funaro do Ministério.

queria saber se essa afirmação "funcionaria comparando a situação social de Cuba com a do Brasil". Amato afirmou que 95% dos operários das empresas paulistas vivem melhor que os trabalhadores cubanos.

Sistema financeiro

Em outra subcomissão, a do Sistema Financeiro, depuseram os presidentes do Banco do Brasil, Camilo Calazans, da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire, e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Djandir Dal Pasquale. E todos os três enfatizaram a possibilidade de convivência equilibrada entre os organismos oficiais e privados de crédito, cabendo aos primeiros ação específica de indução ao desenvolvimento.

Camilo Calazans defendeu que a nova Constituição restabeleça o poder de o Congresso legislar sobre matéria financeira. Isso porque, hoje, existem muitos órgãos normativos com poder de intervenção no setor, baixando regras con-

flitantes e impedindo um funcionamento harmônico do sistema.

E criticou o excessivo poder do Conselho Monetário Nacional sobre o setor porque, "numa só reunião, legisla sobre o setor financeiro mais do que o Congresso Nacional em um ano todo".

Afirmou ainda que "se o desenvolvimento brasileiro está diretamente atrelado ao investimento público, é imprescindível que a mobilização de recursos correspondentes seja realizada por instituições financeiras oficiais..., já que os bancos privados estão voltados primordialmente para o lucro empresarial".

Defendeu também que o Banco do Brasil deve atuar em todas as áreas do sistema financeiro — o que vinha sendo impedido pelo governo — como forma de garantir lucros que compensem a sua atuação social e deficitária em determinados segmentos da economia e em regiões mais pobres.

Juros

Catazam criticou ainda o nú-

mero excessivo de agências privadas em centros urbanos, disputando acirradamente a captação de recursos, encarecendo-os, elevando as taxas de juros e comprometendo a capacidade produtiva da indústria e da agricultura. E lembrou da "presença importante" do estado na área financeira em economias desenvolvidas como a da França, Espanha, Itália e outros países.

Já o relator da Subcomissão de Finanças, deputado Fernando Gasparian, anunciou que incluirá em seu parecer proposta identificando como "crime de usura" a cobrança de juros reais acima de 12% pelas entidades financeiras. Disse que defenderá a volta desse princípio ao texto constitucional por reconhecer as dificuldades em tabelar os juros bancários.

Justiça Militar

O presidente do Superior Tribunal Militar, tenete-brigadeiro Antônio Geraldo Peixoto, criticou, por sua vez, os que estão pedindo "a mudança drástica da Justiça Militar ou mesmo sua extinção". Afirmou que essa é "a voz mais corrente, por não ser de especialistas e sim daqueles que não se conformaram com o regime anterior, dito militar".

Para Peixoto, a Justiça Militar deve continuar sendo o foro responsável pelo julgamento de militares, nos crimes militares, e de civis, nos casos expressos em lei, "para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares".

Defendeu também, rebatendo as argumentações da OAB já levadas à Subcomissão de Defesa do Estado, a manutenção da Lei de Segurança Nacional, considerada por ele muito branda. "É melhor que ela exista e não seja usada que o contrário, pois de repente o País pode sair desta paz."

Funaro

Apenas algumas subcomissões trabalharam no dia de ontem, em função da demissão do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, assunto que mobilizou as atenções da Constituinte e prejudicou a toamda de depoimentos e a realização de reuniões. O presidente do Banco Central, Francisco Gros, foi um dos que faltaram. Ele iria falar na Subcomissão do Sistema Financeiro, mas mandou avisar que não poderia por causa da demissão de Funaro. O mesmo ocorreu com o presidente da Federação Brasileira dos Bancos, Antônio de Pádua Rocha Diniz.

ANC
pag 3

Ao falar, ontem, perante a Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica da Constituinte, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp —, Mário Amato, fez uma veemente defesa da propriedade e da empresa privadas, pediu garantias legais contra os abusos do poder econômico, e, sobretudo, liberdade às empresas para o jogo do mercado.

Ao final, ele enumerou uma série de "princípios desejáveis" a serem consignados na nova Carta: "Caberá preferencialmente à empresa privada a exploração das atividades econômicas. Em caráter excepcional poderá o Estado desempenhar atividade econômica, autorizado por lei especial. Deve ser livre a associação de capitais e pessoas para a exploração da atividade econômica. Deve ser garantida a liberdade de concorrência, bem como a igualdade entre as empresas. A propriedade deverá ter função social. O direito de propriedade deve ser garantido. Não poderá haver expropriação, salvo em casos definidos previamente em lei, de necessidade ou utilidade pública ou de interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Ao Estado não será permitida a intervenção no processo econômico que resulte em limitação à rentabilidade da empresa privada, dificuldade para seu desenvolvimento tecnológico ou restrição à sua livre gestão. Ao trabalhador deverão ser asseguradas condições de trabalho e de vida compatíveis com a dignidade humana".

Críticas

Amato criticou "o emaranhado de leis, decretos, portarias, regulamentos, instruções normativas, atos declaratórios e até normas em branco", que segundo ele criam uma verdadeira "gaiola de ferro de submissão à tecnoburocracia estatal". E nos casos possíveis de presença estatal no setor produtivo, essa presença deve ser necessariamente demonstrada ao Congresso Nacional como sendo indispensável ao bem comum.

Amato defendeu ainda o capitalismo "como sistema extraordinariamente persistente, tenaz e dinâmico, amoldando-se às mais diferentes circunstâncias, inclusive atendendo melhor que nenhum outro às necessidades sociais". Neste ponto, ele foi interpelado pelo deputado Wladimir Palmeira, que